

Informe de Previdência Social



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Janeiro de 2009 • Volume 21 • Número 01

Artigo

Regime Geral de Previdência Social: Balanço do Ano de 2008

O ano de 2008 apresentou uma expressiva redução na necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social, devido a uma combinação de arrecadação com crescimento elevado e despesa com benefícios previdenciários com incremento moderado. A necessidade de financiamento passou de R\$ 49,0 bilhões, em 2007, para R\$ 37,2 bilhões, em 2008, resultado de uma arrecadação líquida de R\$ 167,0 bilhões frente a uma despesa com benefícios previdenciários de R\$ 204,2 bilhões. Comparando estes resultados com o ano de 2007, observa-se que a necessidade de financiamento diminuiu 24,1% (-R\$ 11,8 bilhões). Já a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários cresceram 9,2% (+R\$ 14,0 bilhões) e 1,1% (+R\$ 2,2 bilhões), respectivamente, entre o acumulado de 2008 e 2007 (Tabela 1).

TABELA 1

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário (Dez/2007, Nov/2008 e Dez/2008) - Em R\$ milhões de Dez/2008 (INPC)

| | dez/07 (A) | nov/08 (B) | dez/08 (C) | Var. % (C/B) | Var. % (C/A) | Acum. Jan. a dez/07 | Acum. Jan. a dez/08 | Var. % |
|---|------------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------------|------------------------|---------------|
| 1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4) | 21.113,4 | 13.598,5 | 22.964,2 | 68,9 | 8,8 | 153.022,5 | 167.036,8 | 9,2 |
| 1.1. Receitas Correntes | 21.517,7 | 14.139,3 | 23.629,4 | 67,1 | 9,8 | 158.940,8 | 175.110,4 | 10,2 |
| Pessoa Física (1) | 614,4 | 524,6 | 633,6 | 20,8 | 3,1 | 6.216,8 | 6.391,9 | 2,8 |
| SIMPLES - Recolhimento em GPS (2) | 734,7 | 540,6 | 860,7 | 59,2 | 17,2 | 6.121,2 | 6.477,0 | 5,8 |
| SIMPLES - Repasse STN (3) | 816,3 | 978,7 | 968,6 | (1,0) | 18,7 | 9.911,0 | 10.984,7 | 10,8 |
| Empresas em Geral | 15.623,2 | 9.123,9 | 16.839,0 | 84,6 | 7,8 | 105.449,8 | 116.051,2 | 10,1 |
| Entidades Filantrópicas (4) | 204,2 | 109,6 | 215,9 | 97,0 | 5,7 | 1.304,1 | 1.425,4 | 9,3 |
| Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5) | 1.371,0 | 700,6 | 1.519,2 | 116,8 | 10,8 | 7.558,9 | 8.654,4 | 14,5 |
| Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6) | 488,6 | 528,4 | 533,6 | 1,0 | 9,2 | 5.727,8 | 6.140,2 | 7,2 |
| Clubes de Futebol | 2,7 | 3,1 | 2,8 | (8,9) | 1,8 | 42,5 | 50,4 | 18,5 |
| Comercialização da Produção Rural (7) | 203,5 | 223,2 | 213,5 | (4,4) | 4,9 | 2.621,6 | 2.919,7 | 11,4 |
| Retenção (11%) | 1.224,8 | 1.219,4 | 1.375,1 | 12,8 | 12,3 | 11.456,8 | 13.401,2 | 17,0 |
| Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10) | 56,3 | 0,0 | 222,9 | - | 295,8 | 753,7 | 691,4 | (8,3) |
| Reclamatória Trabalhista | 172,8 | 181,1 | 237,9 | 31,4 | 37,7 | 1.694,4 | 1.845,7 | 8,9 |
| Outras Receitas | 5,2 | 6,1 | 6,7 | 9,9 | 28,6 | 82,3 | 77,2 | (6,2) |
| 1.2. Recuperação de Créditos | 898,3 | 855,2 | 827,9 | (3,2) | (7,8) | 8.932,4 | 9.225,6 | 3,3 |
| Fundo Nacional de Saúde - FNS (8) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - | - | 0,2 | 0,0 | (100,0) |
| Certificados da Dívida Pública - CDP (9) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - | - | 0,0 | 0,0 | - |
| Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11) | 25,9 | 28,4 | 21,2 | (25,5) | (18,2) | 313,6 | 312,3 | (0,4) |
| Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12) | 14,0 | 13,3 | 2,8 | (78,8) | (79,9) | 75,2 | 57,1 | (24,1) |
| Depósitos Judiciais - Repasse STN (13) | 123,1 | 162,1 | 134,2 | (17,2) | 9,0 | 1.293,4 | 1.123,0 | (13,2) |
| Débitos (14) | 123,7 | 85,3 | 85,8 | 0,5 | (30,7) | 921,6 | 790,0 | (14,3) |
| Parcelamentos Convencionais (15) | 611,5 | 566,2 | 584,0 | 3,1 | (4,5) | 6.328,3 | 6.943,1 | 9,7 |
| 1.3. Restituições de Contribuições (16) | (19,7) | (13,2) | (80,6) | 512,9 | 309,4 | (246,9) | (221,4) | (10,4) |
| 1.4. Transferências a Terceiros | (1.282,9) | (1.382,9) | (1.412,6) | 2,1 | 10,1 | (14.603,8) | (17.077,9) | 16,9 |
| 2. Despesas com Benefícios Previdenciários | 25.251,1 | 17.835,5 | 21.226,7 | 19,0 | (15,9) | 202.008,1 | 204.224,1 | 1,1 |
| Pagos pelo INSS | 25.027,3 | 17.413,1 | 20.967,8 | 20,4 | (16,2) | 196.380,3 | 198.568,0 | 1,1 |
| Sentenças Judiciais - TRF (17) | 223,7 | 422,4 | 258,9 | (38,7) | 15,7 | 5.627,7 | 5.656,1 | 0,5 |
| 3. Resultado Previdenciário (1 - 2) | (4.137,7) | (4.237,0) | 1.737,5 | (141,0) | (142,0) | (48.985,6) | (37.187,3) | (24,1) |

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)

Elaboração: SPS/MPS



Nos últimos três anos, o incremento na arrecadação líquida, em termos percentuais, tem sido maior que nas despesas com benefícios previdenciários, o que reforça a importância do crescimento da arrecadação sobre a diminuição no ritmo da necessidade de financiamento da Previdência Social.

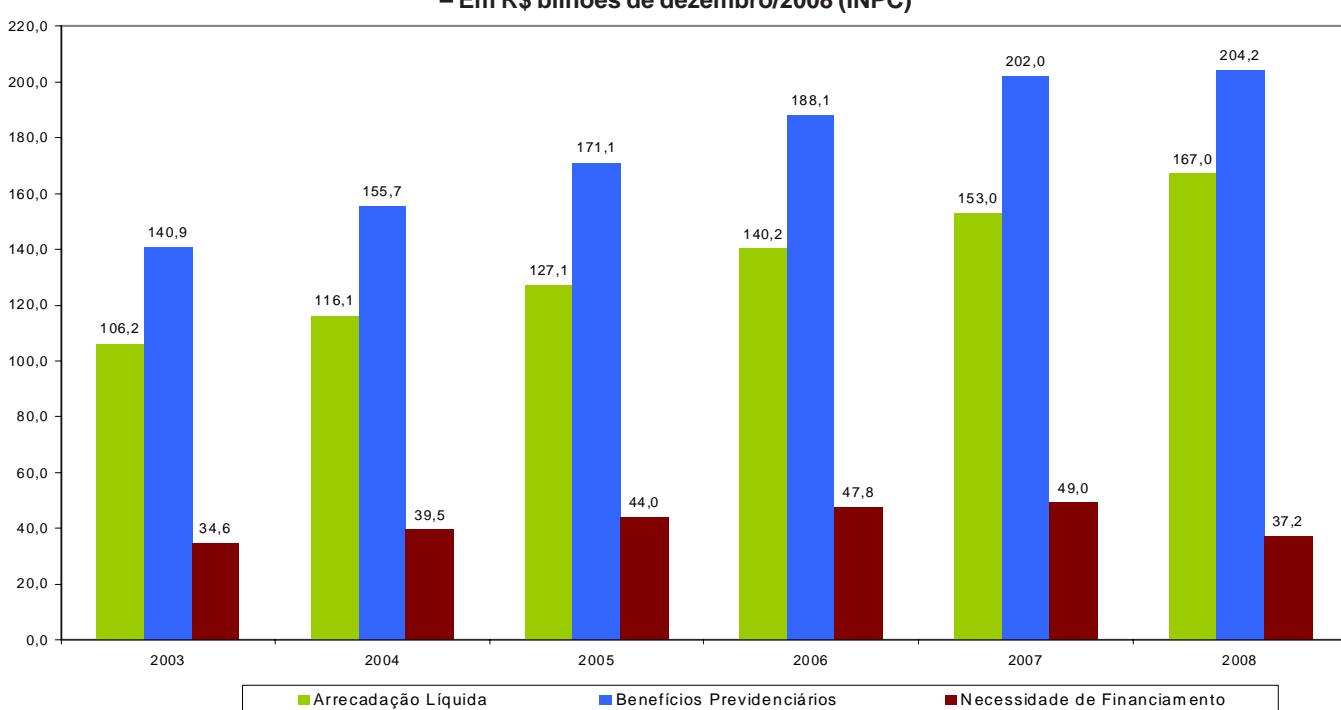
Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2007, os principais são: (i) o comportamento favorável do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS de R\$ 2.894,28 para R\$ 3.038,99 a partir de março de 2008, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste acima da inflação concedido ao salário mínimo (em março de 2008), fazendo com que o piso previdenciário – que em dezembro determinou o valor recebido por 66,0% dos beneficiários da Previdência Social – tenha tido um ganho significativo no seu valor real; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em março de 2008, com base no INPC do período de abril de 2007 a fevereiro de 2008.

É importante destacar que a necessidade de financiamento do RGPS em 2008 apresenta o menor valor nos últimos 5 anos – de 2004 a 2008 (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

**Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Necessidade de Financiamento do RGPS
– Em R\$ bilhões de dezembro/2008 (INPC)**



Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/INSS – Elaboração: SPS/MPS

EXPEDIENTE: Ministro da Previdência Social: José Pimentel • Secretário Executivo: Carlos Eduardo Gabas • Secretário de Políticas de Previdência Social: Helmut Schwarzer • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: João Donadon • Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público: Delúbio Gomes Pereira da Silva • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Rogério Nagamine Costanzi • Corpo Técnico: Edvaldo Duarte Barbosa, Emanuel Araújo Dantas e Graziela Ansilero • Distribuição: Juliana Gonçalves Teles Costa.

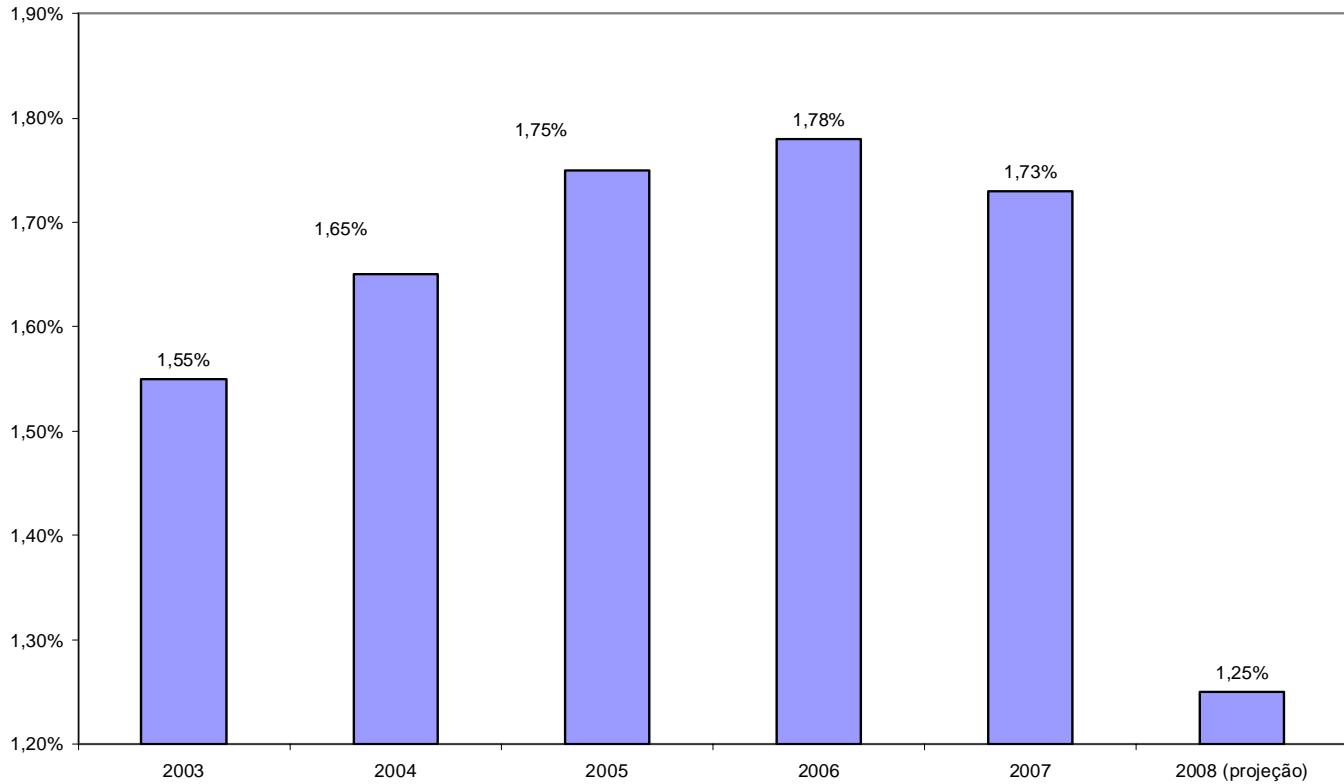
O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Políticas de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPS. Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA: Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408 • e-mail: cgep@previdencia.gov.br

A estimativa, tendo em vista a projeção do PIB para 2008, é que a necessidade de financiamento, em % do PIB, deva ficar em 1,25% em 2008, menor patamar do período de 2003 a 2008, ou seja, a menor dos últimos 6 anos (Gráfico 2). Isso vem ocorrendo em função do bom momento vivido pela economia brasileira, com consequência direta na arrecadação líquida, juntamente com as medidas de gestão adotadas pelo MPS, que reflete na despesa com o pagamento de benefícios.

GRÁFICO 2
Evolução da necessidade de financiamento do RGPS em % do PIB – 2003 a 2008



Fonte: SPS/MPS e IBGE (para 2008 foi utilizada uma projeção para o PIB)

Elaboração: SPS/MPS

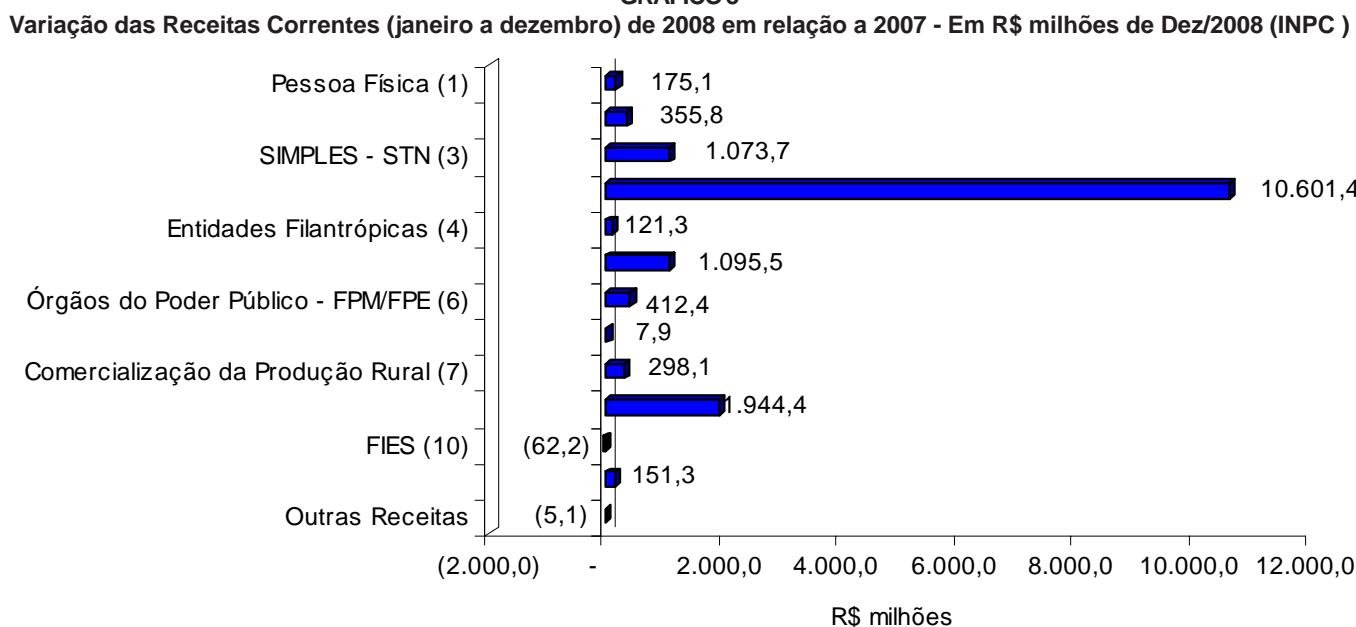
Cabe destacar, inclusive, que em dezembro de 2008 foi observado um superávit de R\$ 1,7 bilhão, algo que não ocorria desde abril de 1997. Contudo, esse resultado também decorreu do fato que ocorreu antecipação de pagamento de metade do 13º salário dos benefícios previdenciários nos meses de agosto e setembro e a outra metade foi paga nos meses de novembro e dezembro, conforme a Lei 11.665, de 29/04/2008. Já arrecadação conta com o recolhimento integral do 13º salário no mês de dezembro.

RECEITAS CORRENTES E MERCADO DE TRABALHO

A arrecadação por meio das rubricas de receitas correntes passou de R\$ 158,9 bilhões, em 2007, para R\$ 175,1 bilhões, em 2008, aumento de 10,2% (+R\$ 16,2 bilhões). Com exceção das rubricas Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), que diminuiu 8,3% (-R\$ 62,2 milhões), e Outras Receitas, que reduziu 6,2% (-R\$ 5,1 milhões), todas as demais rubricas de receitas correntes apresentaram crescimento entre 2008 e 2007, destacando-se as mais significativas e estreitamente vinculadas ao comportamento do mercado de trabalho: (i) as provenientes das empresas em geral, que aumentaram 10,1% (+R\$ 10,6 bilhões), (ii) as optantes pelo SIMPLES, com incremento de 8,9% (+R\$ 1,4 bilhão), inclusive a contribuição dos empregados e (iii) a retenção de 11% por parte de contratantes de serviços prestados mediante empreitada e cessão de mão-de-obra, aumento de 17,0% (+R\$ 1,9 bilhão), que representaram, juntas, 83,9% do total de receitas correntes, no ano de 2008, e cresceram 10,5% em relação ao ano anterior. Esse resultado decorre, em grande medida, do bom desempenho do mercado de trabalho formal e, também, da elevação do teto do RGPS.



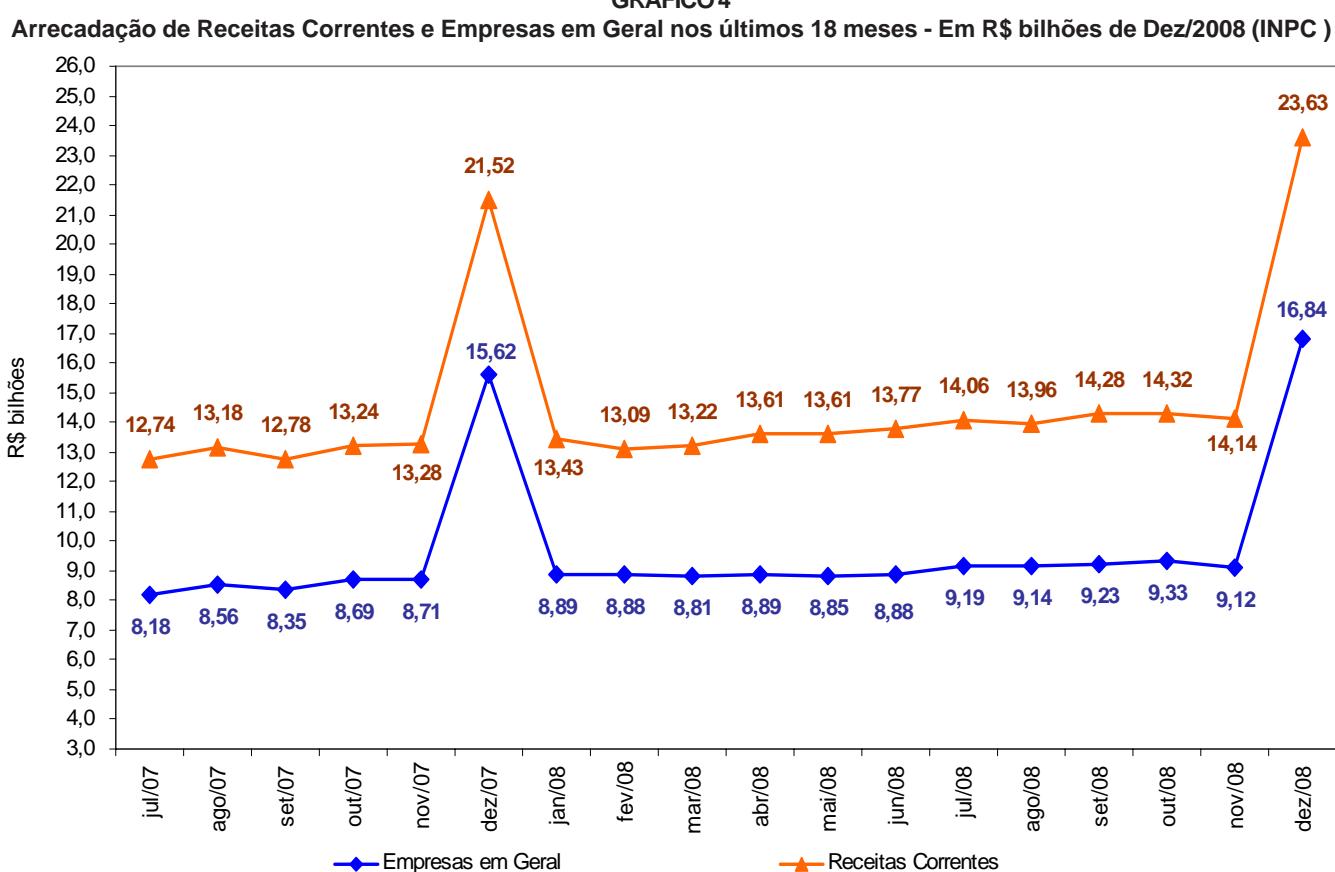
GRÁFICO 3



*Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPS/MPS.*

Nos últimos 18 meses, a arrecadação de Empresas em Geral vem apresentando uma tendência de aumento, conforme pode ser visto no Gráfico 4, fruto do bom desempenho do mercado de trabalho nesse período.

GRÁFICO 4



Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

Conforme citado anteriormente, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho que revelam resultados bastante satisfatórios para o ano de 2008.

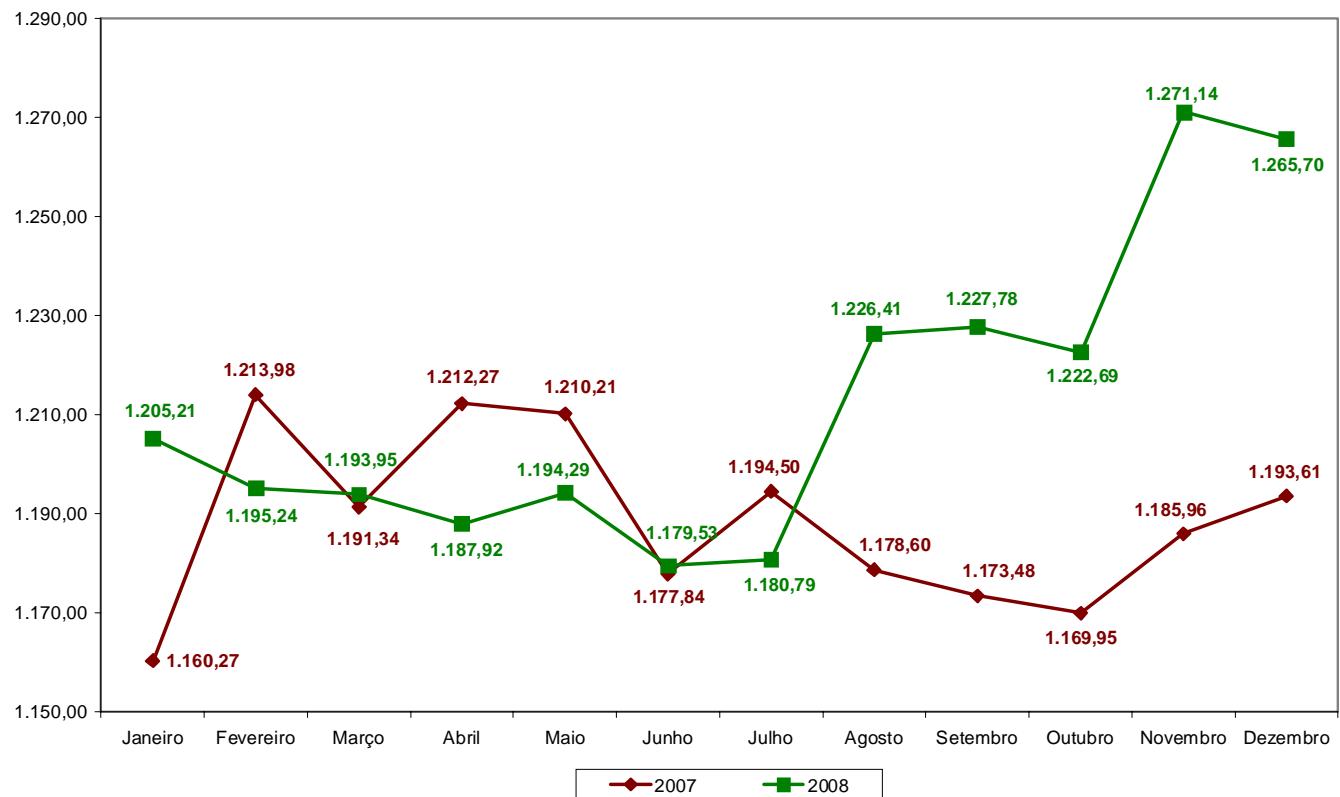
Em 2008, o CAGED registrou a geração de 1.452.204 empregos com carteira (+ 5,01% em relação a dezembro de 2007). Em termos absolutos, o setor de Serviços, com o aumento de 648.259 postos de trabalho (+5,67%), liderou a geração de empregos no período. Em seqüência, vêm os setores do Comércio (+382.218 postos ou +5,91%) e da Construção Civil (+197.868 postos ou +12,93%). A Indústria de Transformação (+178.675 postos ou +2,55%) e o setor Agrícola (+18.232 ou +1,22%) apresentaram expansão mais moderada do emprego em relação aos demais setores mencionados. O conjunto das Áreas Metropolitanas respondeu pela geração de 679.177 empregos em 2008, sendo menor apenas que o verificado em 2007(+736.593 postos). Os interiores desses estados que possuem região metropolitana foram responsáveis pelo incremento de 477.094 postos de trabalho (+4,46%), indicando menor dinamismo em relação aos aglomerados urbanos, comportamento que pode ser atribuído, em parte, às atividades relacionadas ao agronegócio.

A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE mostra importantes avanços no mercado de trabalho no ano de 2008. A desocupação nunca esteve tão baixa e a formalização, tão alta, ou seja, em 2008 (média anual) 48,6% da população ocupada era empregada com carteira de trabalho assinada no setor privado (inclusive doméstico) e 7,9% foi a estimativa da taxa média anual de desocupação.

O rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido pelos trabalhadores metropolitanos do setor privado, cuja massa salarial consiste na principal base de arrecadação do RGPS, passou de R\$ 1.193,61, em dezembro/2007, para 1.265,70, em dezembro/2008, crescimento de 6,0% (Gráfico 5).

GRÁFICO 5

Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido pelas pessoas de 10 anos ou mais idade, empregadas com carteira de trabalho assinada do setor privado, nas regiões metropolitanas – Em R\$ Dezembro/2008 (INPC)



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – Elaboração: SPS/MPS.

Notas: 1. Inflacionado pela média ponderada do INPC da região metropolitana; 2. Exclusive trabalhadores domésticos.



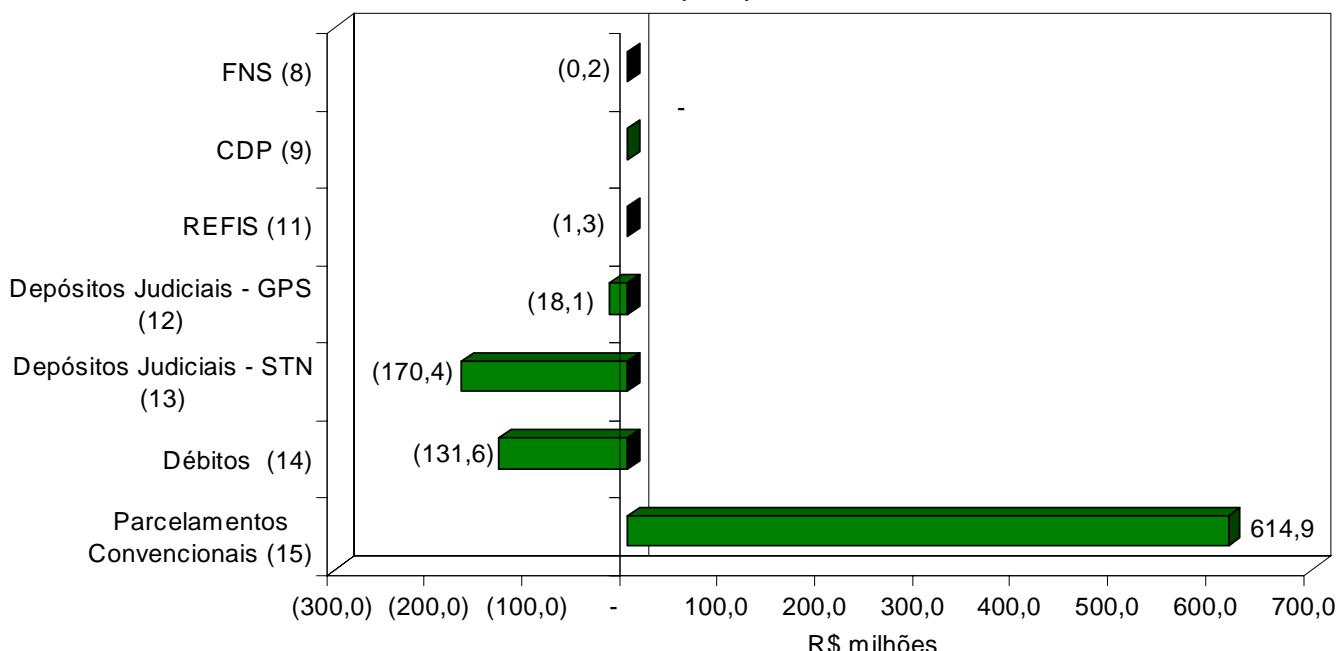
RECEITAS ORIUNDAS DE MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

As receitas originadas de medidas de recuperação de créditos em 2008 foram 3,3% (+R\$ 293,3 milhões) superior ao ano de 2007, provenientes do desempenho positivo da rubrica de Parcelamentos Convencionais, de 9,7% (+R\$ 614,9 milhões), que representou 75,3% sobre o total de receitas oriundas de recuperação de crédito.

Quanto ao desempenho negativo, destacam-se as receitas de Depósitos Judiciais – Recolhimento em GPS, com queda de 24,1% (-R\$ 18,1 milhões), Débitos, que diminuíram 14,3% (-R\$ 131,6 milhões) e Depósitos Judiciais, via STN, redução de 13,2% (-R\$ 170,4 milhões entre o acumulado de 2008 e 2007 (Gráfico 6).

GRÁFICO 6

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos entre o acumulado de 2007 e 2008 – Em R\$ milhões de Dezembro de 2008 (INPC)



*Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) –
Elaboração: SPS/MPS.*

RESULTADOS DAS ÁREAS URBANA E RURAL

Em 2008, a arrecadação das áreas urbana e rural somou, respectivamente, R\$ 161,9 bilhões e R\$ 5,1 bilhões, totalizando R\$ 167,0 bilhões. Comparando com o ano de 2007, houve um crescimento de 9,1% (+R\$ 13,6 bilhões) na área urbana e de 9,9% (+R\$ 459 milhões) na área rural. Em relação à despesa com benefício, R\$ 163,3 bilhões destinaram-se à clientela urbana, aumento de 0,8% (+R\$ 1,3 bilhão), e R\$ 40,9 bilhões à rural, crescimento de 2,3% (+R\$ 939 milhões).

TABELA 2

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural – 2006 a 2008 (Acumulado em cada ano) – R\$ milhões de Dezembro/2008 (INPC)

| Ano | Clientela | Arrecadação Líquida (a) | Benefícios Previdenciários (b) | Resultado (a – b) |
|------|--------------|-------------------------|--------------------------------|-------------------|
| 2006 | TOTAL | 140.231 | 188.070 | (47.839) |
| | Urbano | 135.909 | 151.308 | (15.398) |
| | Rural | 4.321 | 36.762 | (32.441) |
| 2007 | TOTAL | 153.022 | 202.008 | (48.986) |
| | Urbano | 148.394 | 162.021 | (13.627) |
| | Rural | 4.629 | 39.987 | (35.358) |
| 2008 | TOTAL | 167.037 | 204.224 | (37.187) |
| | Urbano | 161.949 | 163.298 | (1.349) |
| | Rural | 5.088 | 40.926 | (35.838) |

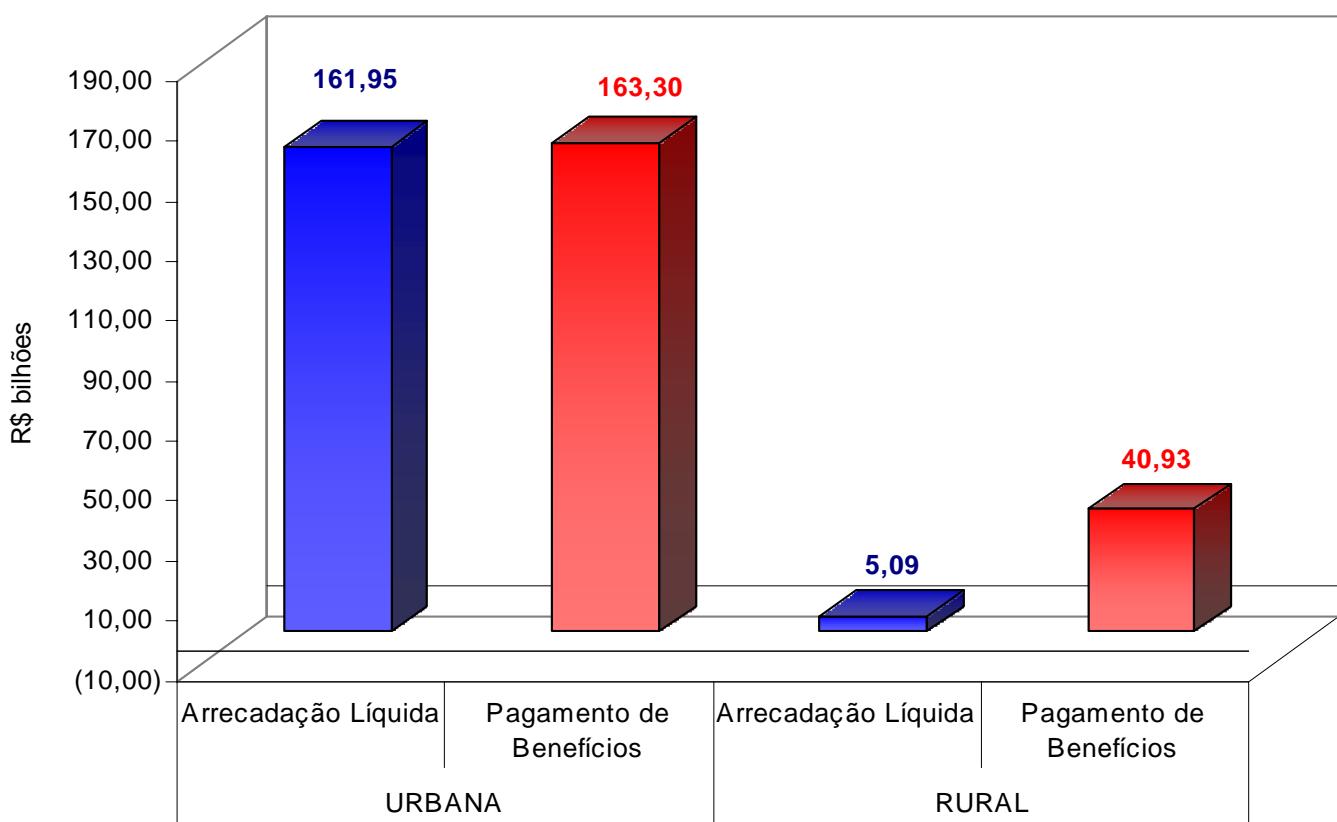
*Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPS/MPS.*

A necessidade de financiamento da área urbana diminuiu consideravelmente, passando de R\$ 13,6 bilhões, em 2007, para R\$ 1,3 bilhão, em 2008, queda de 90,1% (-R\$ 12,3 bilhões). Já na área rural, esta comparação ocorre o inverso, ou seja, aumento de 1,4% (+R\$ 480 milhões). Essa diminuição na necessidade de financiamento para a área urbana ocorreu, principalmente, em função da melhoria do mercado de trabalho formal e das medidas de gestão adotadas pela Previdência Social. Já o aumento da necessidade de financiamento para a área rural foi decorrente, na grande maioria, do reajuste do salário mínimo, concedido em março de 2008, que elevou o piso previdenciário para R\$ 415,00 (+9,2%), destacando que 98,6% dos benefícios rurais emitidos para pagamentos estão na faixa de valor igual a um piso previdenciário.

Enquanto na área urbana a arrecadação líquida cobriu 99,2% do total de benefícios pagos em 2008, na área rural essa relação foi de 12,4%. Estes resultados mostram que há uma tendência de equilíbrio entre receita e despesa na área urbana. Já a necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

GRÁFICO 7

Evolução de Arrecadação Líquida Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado em 2008 - R\$ bilhões de Dez/2008 (INPC)



Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPS/MPS.



BENEFÍCIOS EMITIDOS E CONCEDIDOS

Em dezembro de 2008, a quantidade de benefícios emitidos para pagamento chegou a 26,1 milhões, aumento de 3,7% (+925,3 mil benefícios), quando comparado a dezembro de 2007. Os Benefícios Previdenciários apresentaram os maiores aumentos, em termos absolutos, +675,0 mil benefícios (+3,2%), segundo dos Benefícios Assistenciais, que tiveram incremento de +215,3 mil benefícios (+7,0%) e dos Benefícios Acidentários com elevação de +34,9 mil benefícios (+4,5%), conforme pode ser visto na Tabela 3.

TABELA 3

Evolução da quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social – (Dezembro/2007, Novembro/2008 e Dezembro/2008)

| | dez/07 (A) | nov/08 (B) | dez/08 (C) | Var. % (C / B) | Var. % (C / A) | Média Jan. a dez-07 | Média Jan. a dez-08 | Var. % |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------------|------------------------|--------------|
| TOTAL | 25.170.283 | 26.019.386 | 26.095.625 | 0,3 | 3,7 | 24.874.062 | 25.647.075 | 3,1 |
| PREVIDENCIÁRIOS | 21.297.610 | 21.918.374 | 21.972.664 | 0,2 | 3,2 | 21.100.522 | 21.649.195 | 2,6 |
| Aposentadorias | 13.878.747 | 14.403.935 | 14.453.455 | 0,3 | 4,1 | 13.641.693 | 14.179.094 | 3,9 |
| Idade | 7.182.325 | 7.467.092 | 7.500.092 | 0,4 | 4,4 | 7.039.348 | 7.340.305 | 4,3 |
| Invalidez | 2.753.083 | 2.832.128 | 2.835.391 | 0,1 | 3,0 | 2.738.239 | 2.803.116 | 2,4 |
| Tempo de Contribuição | 3.943.339 | 4.104.715 | 4.117.972 | 0,3 | 4,4 | 3.864.107 | 4.035.673 | 4,4 |
| Pensão por Morte | 6.090.410 | 6.255.428 | 6.274.676 | 0,3 | 3,0 | 6.004.120 | 6.185.180 | 3,0 |
| Auxílio-Doença | 1.244.350 | 1.160.569 | 1.144.696 | (1,4) | (8,0) | 1.375.604 | 1.191.343 | (13,4) |
| Salário-Maternidade | 44.720 | 53.526 | 54.552 | 1,9 | 22,0 | 41.892 | 50.882 | 21,5 |
| Outros | 39.383 | 44.916 | 45.285 | 0,8 | 15,0 | 37.213 | 42.696 | 14,7 |
| ACIDENTÁRIOS | 768.653 | 804.314 | 803.541 | (0,1) | 4,5 | 753.887 | 785.446 | 4,2 |
| Aposentadorias | 148.701 | 153.205 | 153.260 | 0,0 | 3,1 | 147.620 | 151.342 | 2,5 |
| Pensão por Morte | 128.846 | 128.011 | 127.985 | (0,0) | (0,7) | 129.051 | 128.389 | (0,5) |
| Auxílio-Doença | 137.723 | 170.896 | 170.654 | (0,1) | 23,9 | 123.073 | 153.072 | 24,4 |
| Auxílio-Accidente | 270.776 | 272.660 | 272.511 | (0,1) | 0,6 | 269.942 | 271.674 | 0,6 |
| Auxílio-Suplementar | 82.607 | 79.542 | 79.131 | (0,5) | (4,2) | 84.200 | 80.968 | (3,8) |
| ASSISTENCIAIS | 3.096.566 | 3.289.159 | 3.311.827 | 0,7 | 7,0 | 3.011.766 | 3.204.975 | 6,4 |
| Amparos Assistenciais - LOAS | 2.680.823 | 2.909.550 | 2.934.472 | 0,9 | 9,5 | 2.575.467 | 2.810.538 | 9,1 |
| Idoso | 1.295.716 | 1.411.682 | 1.423.790 | 0,9 | 9,9 | 1.239.649 | 1.360.235 | 9,7 |
| Portador de Deficiência | 1.385.107 | 1.497.868 | 1.510.682 | 0,9 | 9,1 | 1.335.818 | 1.450.303 | 8,6 |
| Pensões Mensais Vitalícias | 15.745 | 15.279 | 15.261 | (0,1) | (3,1) | 15.937 | 15.454 | (3,0) |
| Rendas Mensais Vitalícias | 399.998 | 364.330 | 362.094 | (0,6) | (9,5) | 420.362 | 378.982 | (9,8) |
| Idade | 115.965 | 101.814 | 100.945 | (0,9) | (13,0) | 124.521 | 107.543 | (13,6) |
| Invalidez | 284.033 | 262.516 | 261.149 | (0,5) | (8,1) | 295.841 | 271.440 | (8,2) |
| ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU) | 7.454 | 7.539 | 7.593 | 0,7 | 1,9 | 7.888 | 7.460 | (5,4) |

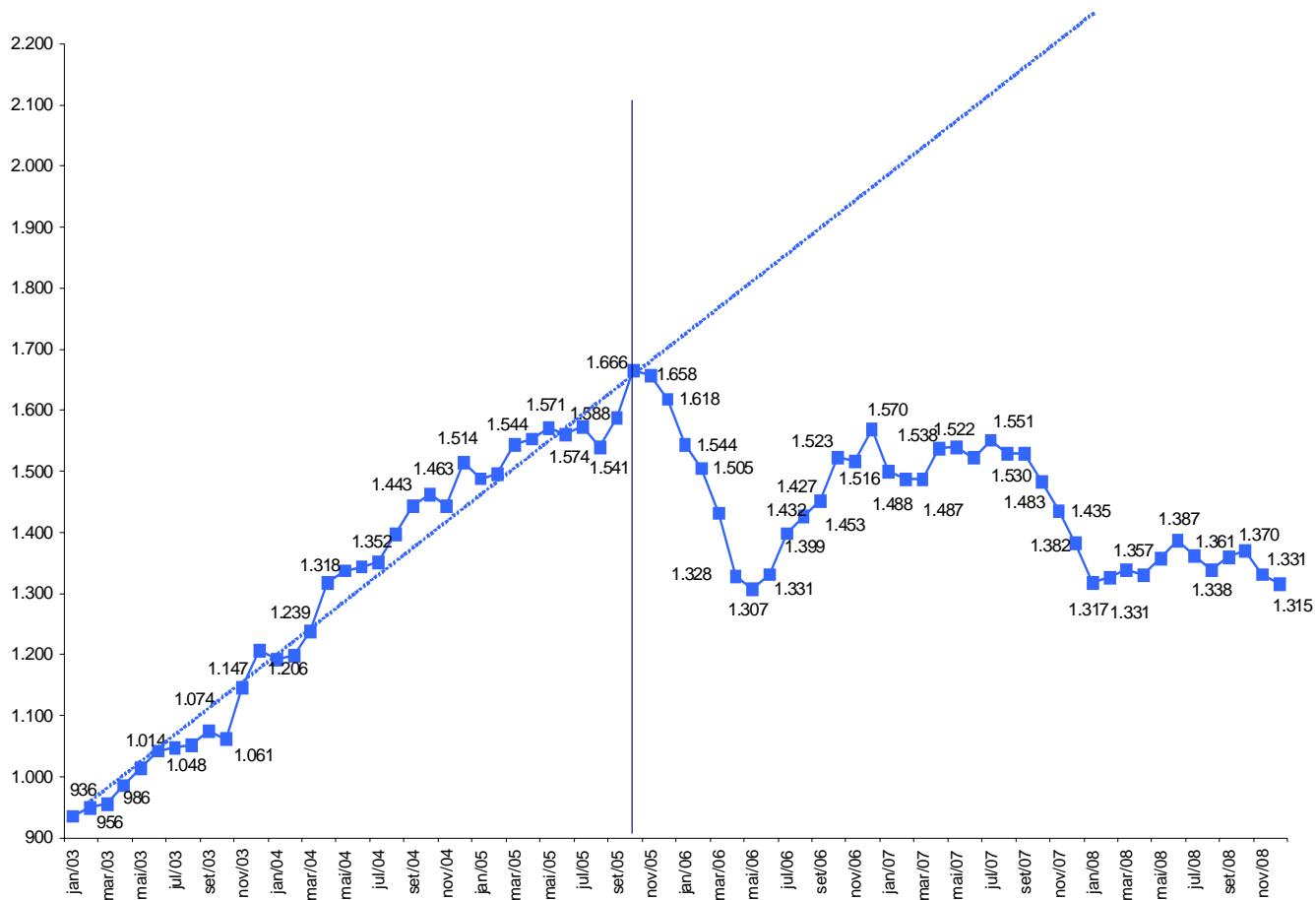
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPS/MPS

Com relação aos grupos de espécies, na comparação entre dezembro de 2008 e o mesmo mês de 2007, cabe destacar o auxílio-doença acidentário, que cresceu 23,9% (+32,9 mil benefícios), em função da nova metodologia utilizada para caracterizar o nexo causal entre as doenças ocupacionais e as atividades exercidas pelos trabalhadores nas empresas. Nesse ponto verifica-se que o auxílio-doença previdenciário diminuiu 8,0% (-99,6 mil benefícios) se contrapondo, em parte, ao aumento do auxílio-doença acidentário. Em conjunto, os dois auxílios tiveram uma redução em sua emissão de 4,8% (-66,7 mil benefícios), resultado que tem uma forte ligação com as medidas de gestão adotadas pela Previdência Social, em especial, a implantação da chamada Cobertura Previdenciária Estimada – COPES e a substituição de todos os médicos peritos credenciados por médicos concursados. Essas medidas tiveram impacto relevante sobre a emissão de auxílios-doença (acidentário e previdenciário), mostrando que os reflexos das medidas de gestão tomadas a partir de outubro de 2005 continuam surtindo efeitos no sentido de limitar a expansão das emissões desses benefícios. No final de 2005, o estoque de auxílios-doença emitidos estava na casa de 1,6 milhão por mês, valor que foi reduzido para 1,3 milhão em dezembro de 2008 (Gráfico 8).

GRÁFICO 8

Evolução da quantidade de auxílios-doença emitidos (previsionários e acidentários) – janeiro/2003 a dezembro/2008



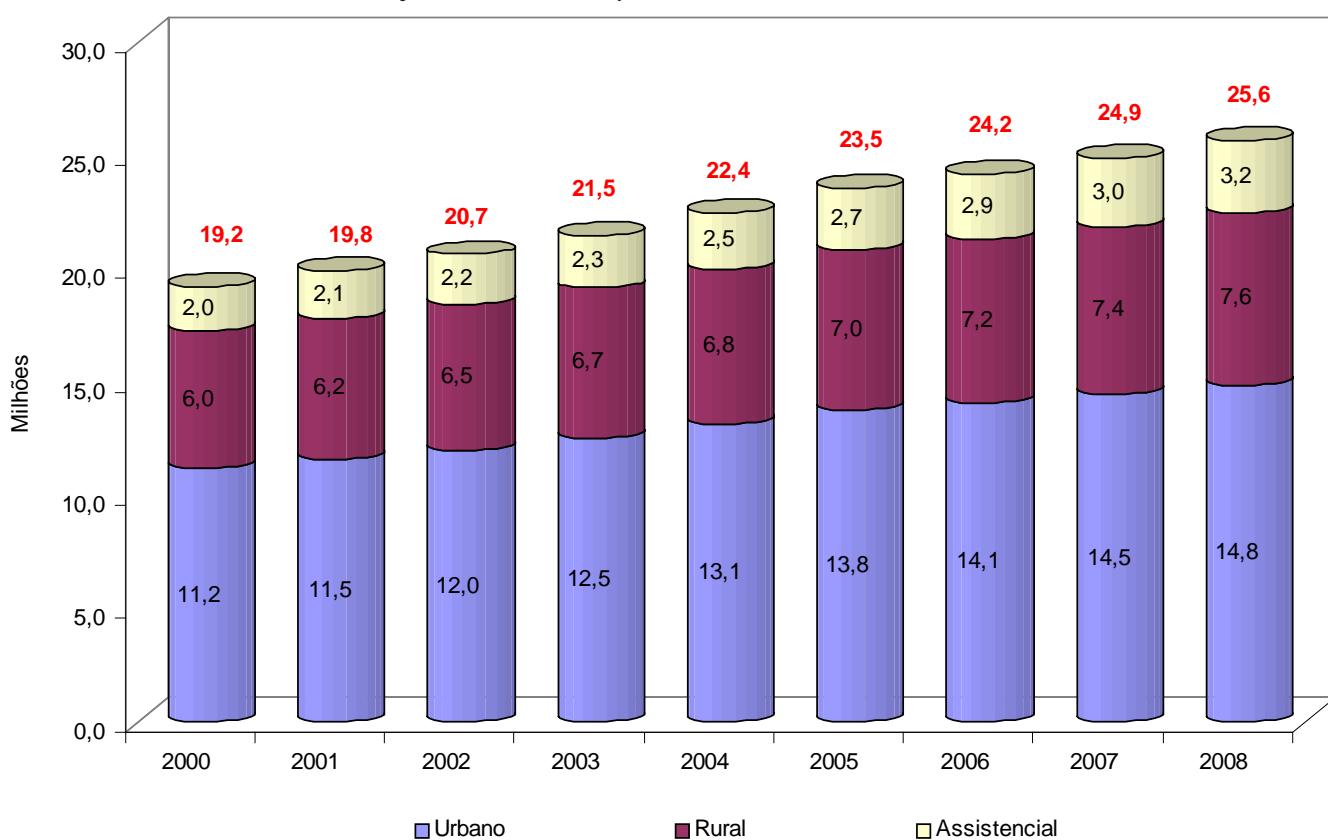
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPS/MPS

Ressaltam-se, ainda, os amparos assistenciais ao idoso e ao portador de deficiência que cresceram, respectivamente, 9,9% (128,1 mil benefícios) e 9,1% (125,6 mil benefícios) e juntos tiveram incremento de 253,7 mil benefícios, entre dezembro de 2008 e o mês correspondente de 2007.

Da quantidade média de 25,6 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a dezembro de 2008, 57,8% (14,8 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 29,7% (7,6 milhões) a beneficiários da área rural e 12,5% (3,2 milhões) a beneficiários do Programa de Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social - BPC. De 2000 a 2008, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 32,1% no meio urbano, de 26,7% no meio rural e de 60,0% nos assistenciais (Gráfico 9).



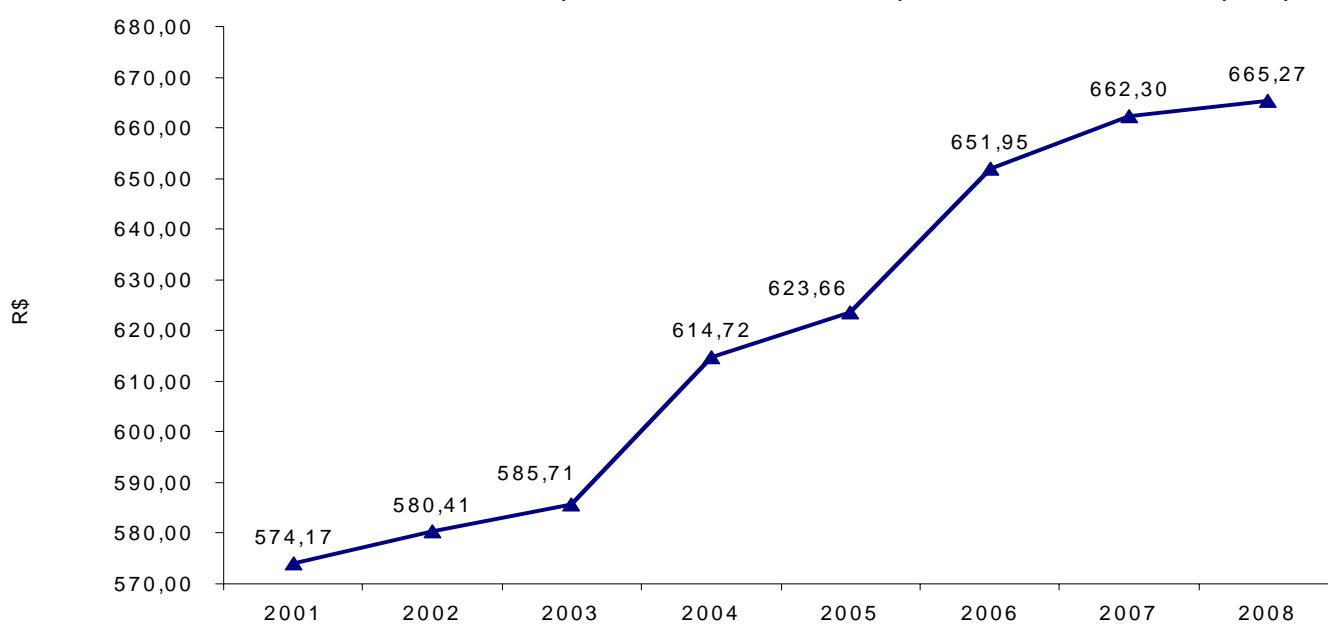
GRÁFICO 9
Evolução da quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela – 2000 a 2008 (Média de janeiro a dezembro) – Em milhões de benefícios



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS

De acordo com o Gráfico 10, nos anos de 2001 a 2008, verificam-se crescimentos contínuos do valor médio real dos benefícios emitidos. O valor médio dos benefícios passou de R\$ 574,17, em 2001, para R\$ 665,27, em 2008, o que resultou no aumento de 15,9%.

GRÁFICO 10
Valor Médio do total dos Benefícios Emitidos (Média de Janeiro a Dezembro) - Em R\$ de Dezembro/2008 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS

A Previdência Social concedeu, em 2008, 4,5 milhões de novos benefícios, ocorrendo elevação de 6,9% (+288,5 mil benefícios) frente ao ano de 2007. Os Benefícios Acidentários apresentaram os maiores aumentos, em termos percentuais, de 29,4% (+85,6 mil benefícios), seguidos dos Benefícios Assistenciais e Benefícios Previdenciários que cresceram, respectivamente, 15,5% (+50,8 mil benefícios) e 4,3% (+151,4 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 4.

TABELA 5

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (Dez/2007, Nov/2008 e Dez/2008)

| | dez/07 (A) | nov/08 (B) | dez/08 (C) | Var. % (C / B) | Var. % (C / A) | Acum. Jan. a dez-07 | Acum. Jan. a dez-08 | Var. % |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|---------------------|---------------------|------------------------|------------------------|--------------|
| TOTAL | 306.975 | 371.017 | 343.762 | (7,3) | 12,0 | 4.173.350 | 4.461.842 | 6,9 |
| PREVIDENCIÁRIOS | 257.513 | 303.473 | 283.005 | (6,7) | 9,9 | 3.554.771 | 3.706.134 | 4,3 |
| Aposentadorias | 74.762 | 85.207 | 82.999 | (2,6) | 11,0 | 900.978 | 1.016.248 | 12,8 |
| Idade | 39.445 | 48.857 | 46.749 | (4,3) | 18,5 | 519.218 | 551.876 | 6,3 |
| Invalidez | 15.447 | 13.251 | 14.394 | 8,6 | (6,8) | 135.211 | 195.451 | 44,6 |
| Tempo de Contribuição | 19.870 | 23.099 | 21.856 | (5,4) | 10,0 | 246.549 | 268.921 | 9,1 |
| Pensão por Morte | 25.698 | 29.959 | 29.459 | (1,7) | 14,6 | 359.186 | 367.695 | 2,4 |
| Auxílio-Doença | 122.513 | 142.213 | 127.128 | (10,6) | 3,8 | 1.825.508 | 1.806.727 | (1,0) |
| Salário-Maternidade | 33.333 | 44.554 | 42.054 | (5,6) | 26,2 | 453.140 | 497.031 | 9,7 |
| Outros | 1.207 | 1.540 | 1.365 | (11,4) | 13,1 | 15.959 | 18.433 | 15,5 |
| ACIDENTÁRIOS | 22.623 | 34.403 | 30.914 | (10,1) | 36,6 | 291.442 | 377.001 | 29,4 |
| Aposentadorias | 547 | 578 | 646 | 11,8 | 18,1 | 4.495 | 7.839 | 74,4 |
| Pensão por Morte | 92 | 83 | 84 | 1,2 | (8,7) | 1.435 | 1.127 | (21,5) |
| Auxílio-Doença | 21.202 | 32.773 | 29.145 | (11,1) | 37,5 | 274.946 | 356.336 | 29,6 |
| Auxílio-Accidente | 773 | 957 | 1.015 | 6,1 | 31,3 | 10.395 | 11.538 | 11,0 |
| Auxílio-Suplementar | 9 | 12 | 24 | 100,0 | 166,7 | 171 | 161 | (5,8) |
| ASSISTENCIAIS | 26.807 | 33.058 | 29.688 | (10,2) | 10,7 | 327.045 | 377.826 | 15,5 |
| Amparos Assistenciais - LOAS | 26.783 | 33.016 | 29.653 | (10,2) | 10,7 | 326.497 | 377.314 | 15,6 |
| Idoso | 14.092 | 17.019 | 15.535 | (8,7) | 10,2 | 181.252 | 198.414 | 9,5 |
| Portador de Deficiência | 12.691 | 15.997 | 14.118 | (11,7) | 11,2 | 145.245 | 178.900 | 23,2 |
| Pensões Mensais Vitalícias | 23 | 41 | 34 | (17,1) | 47,8 | 536 | 502 | (6,3) |
| Rendas Mensais Vitalícias | 1 | 1 | 1 | 0,0 | 0,0 | 12 | 10 | (16,7) |
| Idade | - | - | - | - | - | 2 | 1 | (50,0) |
| Invalidez | 1 | 1 | 1 | 0,0 | 0,0 | 10 | 9 | (10,0) |
| ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU) | 32 | 83 | 155 | 86,7 | 384,4 | 92 | 881 | 857,6 |

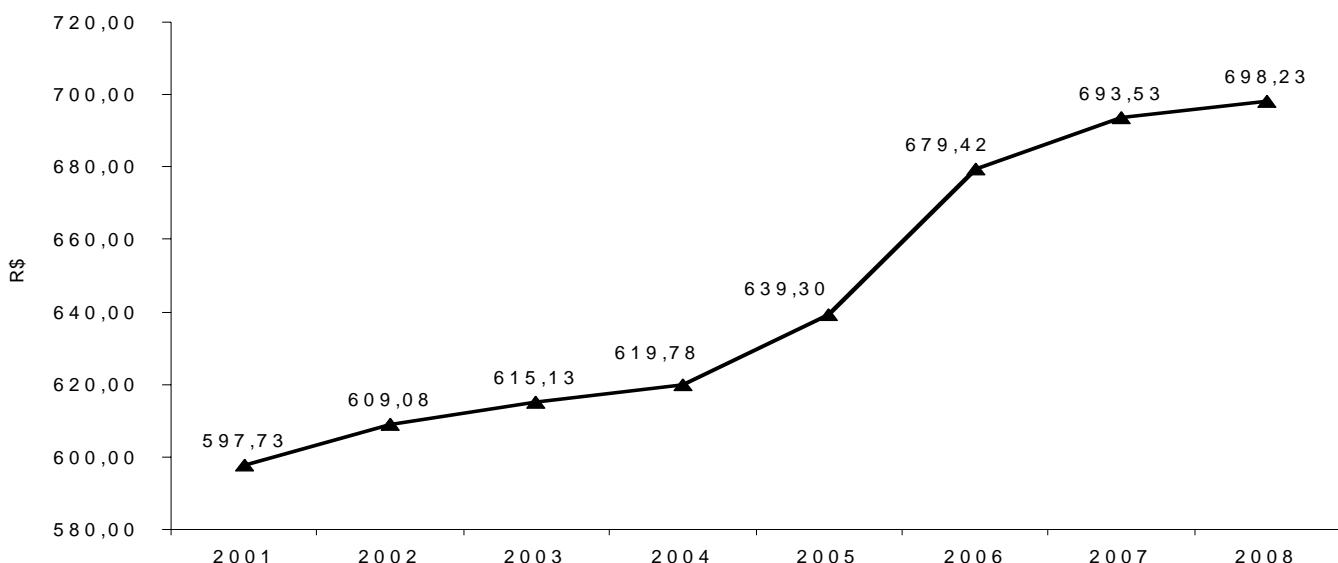
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPS/MPS

De acordo com o Gráfico 11, nos anos de 2001 a 2008, verificam-se crescimentos contínuos do valor real dos benefícios concedidos. O valor médio dos benefícios concedidos passou de R\$ 597,73, em 2001, para R\$ 698,23, em 2008, o que resultou no aumento de 16,8%.

GRÁFICO 11

Valor Médio do total dos Benefícios Concedidos (Média de Janeiro a Dezembro) - Em R\$ de Dezembro/2008 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS



Conforme citado anteriormente, o auxílio-doença acidentário vem apresentando trajetória de crescimento desde abril de 2007, em função da nova metodologia utilizada para caracterizar o nexo causal entre as doenças ocupacionais e as atividades exercidas pelos trabalhadores nas empresas. Por esta razão, o auxílio-doença acidentário concedido apresentou, entre o acumulado de 2008 e o correspondente de 2007, crescimento de 29,6% (+81,4 mil).

Cabe destacar, também, as aposentadorias por invalidez previdenciárias e acidentárias, que apresentaram elevações significativas, entre o acumulado de 2008 e o correspondente de 2007, de 44,6% (+60,2 mil benefícios) e 74,4% (+3,3 mil benefícios), respectivamente, em decorrência, possivelmente, de medidas de gestão adotadas pela Previdência Social, em especial, a chamada Cobertura Previdenciária Estimada – COPES, que é um procedimento administrativo adotado pelo INSS que permitiu a pré-definição de datas de alta para os segurados com incapacidade temporária para o trabalho e estabeleceu duração máxima de dois anos para o auxílio-doença, período após o qual o benefício deve ser cessado ou convertido em aposentadoria por invalidez. Assim, como o COPES foi implantado no segundo semestre de 2005 e a duração máxima de um auxílio-doença é de 2 anos, supõe-se que um dos motivos do aumento nas aposentadorias por invalidez seja por meio da conversão de auxílios antigos em aposentadorias (com a devida cessação do auxílio-doença original).

Notas Explicativas - Tabela 1:

- (1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
- (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
- (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
- (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.
- (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
- (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.
- (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.
- (10) Contribuições das universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência Social por meio do Tesouro Nacional.
- (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
- (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência
- (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2008 (R\$ mil correntes)

| Itens de Receita e Despesa | Em R\$ mil - Valores Correntes | | | | | | | | | | | Acum. 2008 |
|--|--------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| | jân | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
| 1. SALDO INICIAL | 2.068.139 | 5.522.351 | 5.190.594 | 6.200.064 | 6.454.640 | 6.083.943 | 9.239.648 | 12.081.404 | 5.390.101 | 8.196.727 | 8.047.427 | 2.068.139 |
| 2. RECEBIMENTOS | 23.616.442 | 16.721.944 | 18.956.933 | 18.918.089 | 18.315.937 | 22.409.618 | 21.869.714 | 14.622.195 | 15.414.498 | 22.320.005 | 21.517.557 | 24.830.501 |
| - Arrecadação Bancária | 13.358.770 | 13.389.053 | 13.940.552 | 13.936.857 | 13.936.857 | 14.265.199 | 14.549.373 | 14.853.842 | 14.889.991 | 14.966.353 | 24.405.827 | 181.345.874 |
| - SIMPLES ⁽¹⁾ | 12.283.207 | 12.304.870 | 12.428.258 | 12.864.985 | 12.982.820 | 13.244.716 | 13.364.150 | 13.617.346 | 13.890.015 | 13.898.870 | 13.813.613 | 167.755.321 |
| - Programa de Recuperação Fiscal - REFIS ⁽²⁾ | 951.034 | 725.661 | 786.487 | 833.029 | 837.944 | 896.992 | 880.850 | 824.885 | 1.068.042 | 97.901.770 | 97.884 | 968.463 |
| - Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾ | 20.884 | 27.024 | 24.325 | 25.134 | 25.040 | 25.441 | 26.125 | 25.153 | 25.514 | 30.792 | 28.317 | 30.919 |
| - Certificados da Dívida Pública - CDP ⁽⁴⁾ | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾ | 90.059 | 45.399 | 46.802 | 63.030 | 65.769 | 57.523 | 51.045 | 31.236 | - | - | - | 222.665 |
| - Cunhado de Dívidas ⁽⁶⁾ | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 67.628 |
| - Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾ | 55.889 | 85.014 | 104.442 | 156.864 | 84.034 | 66.672 | 104.346 | 68.805 | 84.554 | 10.3991 | 161.582 | 134.174 |
| - Restituições de Arrecadação | (11.750) | (20.035) | (1.061) | (1.798) | (8.770) | (25.046) | (14.321) | (17.988) | (9.283) | (2.1580) | (13.054) | (80.675) |
| 2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS | 11.668 | 11.413 | 7.021 | 9.931 | (2.112) | (27.294) | (41.967) | 19.168 | 20.172 | (7.939) | 75.870 | 15.482 |
| 2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PROPRIOS | 31.942 | 30.061 | 17.213 | 24.471 | 21.843 | 28.082 | 24.087 | 23.510 | 59.985 | 20.995 | 21.455 | 3.517.559 |
| 2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional)⁽⁸⁾ | 5.917.204 | (12.795) | 2.833.659 | 2.801.579 | 2.180.729 | 5.450.180 | (7.877.844) | (174.182) | 5.434.876 | (72.0275) | (7.01.937) | (8.872.654) |
| - REDE TRANSFERENCIAS DA UNIAO | 4.320.410 | 3.648.029 | 2.706.847 | 2.162.518 | 2.191.640 | 2.632.050 | 15.73.245 | 966.265 | 2.448.150 | 9.604.198 | 14.666.243 | 2.391.055 |
| - Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin./COFINS - TRF) | 2.437.920 | 129.499 | 197.815 | 183.982 | 282.501 | 225.922 | 1.269.324 | 255.056 | 275.102 | 18.534.1 | 44.8.301 | 94.6.467 |
| Concursos e Prêmios | 10.079 | - | 2.365 | 6.032 | 4.800 | 3.900 | 2.982 | 11.873 | 11.552 | 12.216 | 9.614 | 88.182 |
| Operações de Crédito Externa | - | - | - | - | - | (2) | - | - | - | - | - | (131) |
| - COFINS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 28.685.035 |
| - COFINSLOAS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - COFINS/DS/Imp. e Contrib. - EPU | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Recursos Ordinários - Contrapartida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib. Sociais) / Lucro - Contrapartida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Contrib. Projetos s/ Mov. Financeira - CRMF | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3. PAGAMENTOS | 20.182.231 | 17.053.701 | 17.947.723 | 18.664.413 | 18.676.634 | 19.263.313 | 19.047.958 | 20.586.070 | 24.349.736 | 18.970.045 | 21.591.633 | 26.258.320 |
| 3.1. PAGAMENTOS INSS | 18.076.601 | 15.839.46 | 16.717.086 | 17.391.199 | 17.415.854 | 17.968.238 | 17.684.197 | 19.236.872 | 22.945.688 | 17.594.778 | 20.212.702 | 24.846.067 |
| 3.1.1. BENEFÍCIOS | 15.218.738 | 16.139.046 | 16.847.394 | 16.914.345 | 16.901.732 | 17.452.872 | 16.874.814 | 17.465.421 | 17.855.437 | 16.825.582 | 19.237.47 | 22.689.794 |
| - Total de Benefícios | 17.724.302 | 15.400.025 | 16.160.813 | 16.914.345 | 16.901.732 | 17.555.087 | 17.032.341 | 18.755.215 | 19.237.437 | 19.247.667 | 19.247.388 | 21.025.307 |
| - Devolução de Benefícios | (164.222) | (181.787) | (21.749) | (66.052) | (66.060) | (102.273) | (166.915) | (190.562) | (98.690) | (29.1485) | (12.682) | (118.385) |
| 3.1.1.1. PREVIDENCIA FISCAL | 16.295.848 | 13.894.06 | 14.769.878 | 15.428.788 | 15.403.511 | 15.806.073 | 15.407.523 | 15.945.519 | 15.945.906 | 17.783.915 | 21.226.707 | 19.103.208 |
| 3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS | 13.857.830 | 13.822.132 | 14.565.275 | 15.203.597 | 15.072.013 | 15.525.614 | 15.076.561 | 16.991.765 | 20.516.041 | 15.424.278 | 17.362.758 | 20.867.841 |
| 3.1.1.1.2. Sentença Judicials - TRF ⁽⁹⁾ | 2.438.218 | 13.227.05 | 20.400.3 | 225.191 | 331.498 | 280.460 | 301.963 | 261.771 | 331.478 | 242.125 | 211.157 | 258.466 |
| 3.1.1.2. NÃO PREVIDENCIÁRIOS | 1.293.32 | 1.263.032 | 1.369.86 | 1.419.056 | 1.412.161 | 1.646.244 | 1.457.161 | 1.421.253 | 1.456.028 | 1.440.226 | 1.421.59 | 1.456.028 |
| 3.1.1.2.1. EPU T.N. | 69.430 | 62.306 | 101.559 | 87.185 | 68.125 | 147.938 | 113.226 | 69.451 | 89.394 | 65.050 | 72.433 | 70.999 |
| 3.1.1.2.2. LOAS | 1.194.302 | 1.201.026 | 1.267.622 | 1.331.220 | 1.435.121 | 1.488.803 | 1.344.678 | 1.365.833 | 1.375.226 | 1.382.357 | 1.392.088 | 1.401.895 |
| 3.1.1.2.3. PESSOAL ⁽¹⁰⁾ | 391.297 | 550.642 | 438.158 | 429.816 | 436.379 | 607.684 | 459.242 | 589.701 | 546.720 | 850.227 | 1.192.717 | 6.926.640 |
| 3.1.3. CUSTEIO ⁽¹¹⁾ | 125.224 | 120.266 | 139.844 | 108.785 | 180.366 | 78.945 | 211.096 | 122.841 | 57.220 | 21.237.57 | 96.356 | 2.398.332 |
| 3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹²⁾ | 2.438.155 | 1.214.530 | 1.229.956 | 1.272.614 | 1.260.779 | 1.295.675 | 1.353.199 | 1.329.199 | 1.340.688 | 1.347.523 | 1.378.320 | 16.454.98 |
| 4. ARRECADAÇÃO LIQUIDA ⁽¹³⁾ | 11.206.899 | 11.927.514 | 12.133.965 | 12.641.573 | 12.650.017 | 12.942.761 | 13.209.212 | 13.193.239 | 13.430.015 | 13.475.723 | 13.559.183 | 22.964.169 |
| 5. SALDO PREVIDÊNCIA (2.1 - 3.2) | 2.027.292 | (2.635.913) | (2.787.215) | (2.863.494) | (4.205.321) | (4.155.655) | (4.540.511) | (4.541.505) | (7.417.311) | (7.424.272) | 1.737.462 | (31.206.741) |
| 6. SALDO ARRECADACAO (4 - 3.1.1) | (3.322.881) | (3.281.224) | (4.005.998) | (4.205.225) | (4.155.655) | (4.540.511) | (4.541.505) | (4.542.522) | (5.877.732) | (5.879.555) | 274.475 | (53.260.834) |
| 7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3) | 3.454.212 | (331.157) | 1.009.470 | 254.576 | (360.687) | 3.145.704 | 5.171.572 | (1.929.648) | 2.086.625 | (1.49.239) | (4.741.065) | 1.239.244 |
| 8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) ⁽¹³⁾ | 5.522.351 | 5.190.594 | 6.200.064 | 6.454.640 | 6.093.943 | 9.239.648 | 12.091.404 | 6.919.832 | 8.047.427 | 3.306.364 | 3.306.364 | |

Fone: CGF/INSS.
Elaboração: SPS/MPMS

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP juntão ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de Recursos de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.

(8) Recursos anticipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as doações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reíne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Panorâmico), DATAREV, PASEP, INCRRA, DFC/FDEF - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SERBRAE, SENAT, SEST, SEINF, SESCOOP.

(11) Reíne as despesas operacionais consignadas aos seguintes órgãos: Finde (salário educação), INCRRA, DFC/FDEF - Marítimo e repassadas aos seguintes órgãos: Finde Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



Tabela 2
Fluxo de Caixa - Dez/2008 (R\$ mil e Déz/2008 - INPC)

| Itens de Receita e Despesa | Valores em mil R\$ de Déz/2008 - INPC | | | | | | | | | | | |
|---|---------------------------------------|-------------------|-------------------|--------------|---------------|-------------------|--------------------|---------------------|--------------------|--------------------|----------|---|
| | dez/07 | | | nov/08 | | | dez/08 | | | Var. III/I | | |
| | I | II | III | E m % | E m % | E m % | a dez/07 | IV | Acum. Jan. | Acum. Jan. | a dez/08 | V |
| 1. SALDO INICIAL | 10.303.466 | 8.220.489 | 8.047.427 | (2,1) | (2,1) | (2,1) | 9.405.557 | 9.405.557 | 83.089.614 | 83.089.614 | | |
| 2. RECEBIMENTOS | 21.563.726 | 21.476.174 | 21.488.652 | (0,3) | (0,3) | (0,3) | 236.177.621 | 236.177.621 | 249.430.000 | 249.430.000 | | |
| 2.1. ARRECADAÇÃO | 22.396.247 | 14.981.420 | 24.376.722 | 62,7 | 8,8 | 167.626.263 | 167.626.263 | 184.114.705 | | | | |
| - Arrecadação Bancária | 21.394.083 | 13.853.659 | 23.139.429 | 67,0 | 8,2 | 155.591.110 | 155.591.110 | 171.572.901 | | | | |
| - SIMPLES ⁽¹⁾ | 816.313 | 976.714 | 968.563 | (1,0) | 16,7 | 9.911.019 | 9.911.019 | 10.984.733 | | | | |
| - Programa de Recuperação Fiscal - REFIS ⁽²⁾ | 25.871 | 28.399 | 21.171 | (25,5) | (18,2) | 313.632 | 313.632 | 312.332 | | | | |
| - Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾ | - | - | - | - | - | 201 | 201 | - | | | | |
| - Certificado de Dívida Pública - CDP ⁽⁴⁾ | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | |
| - Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾ | 56.304 | - | - | 222.865 | - | 295,8 | 753.653 | 691.430 | | | | |
| - Quitação de Divívidos ⁽⁶⁾ | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | |
| - Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾ | 123.080 | 162.061 | 134.174 | (17,2) | 9,0 | 1.233.413 | 1.233.413 | 1.123.019 | | | | |
| - Restituições e Arrecadação | (19.402) | (13.092) | (80.575) | 515,5 | 315,3 | (235.665) | (235.665) | (19.546) | | | | |
| 2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS | (48.414) | 90.482 | 75.870 | (16,1) | (256,7) | 442.352 | 442.352 | 150.387 | | | | |
| 2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PROPRIOS | (1.378.139) | 21.517 | 35.176.659 | 16.248,4 | (355,1) | (811.197) | (811.197) | 3.830.596 | | | | |
| 2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) ⁽⁸⁾ | (6.985.545) | (7.724.265) | (8.812.654) | 14,9 | 27,0 | 1.430.010 | 1.430.010 | (2.194.547) | | | | |
| 2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO | 7.580.376 | 14.107.021 | 2.331.055 | (83,1) | (68,5) | 67.450.193 | 67.450.193 | 63.528.346 | | | | |
| - Recursos Ordinários (Incl. Recursos Ordin./COFINS - TRF) | 278.713 | 449.600 | 946.467 | 110,5 | 239,6 | 5.381.095 | 5.381.095 | 7.022.320 | | | | |
| - Concursos e Prognósticos | 12.663 | 9.642 | 12.769 | 32,4 | 0,8 | 89.234 | 89.234 | 89.755 | | | | |
| - Operações de Crédito Externa | (16.822) | (132) | (100,0) | (100,0) | (100,0) | (102.662) | (102.662) | (134) | | | | |
| - COFINS | 3.273.777 | 4.826.224 | 884.106 | (81,7) | (73,0) | 34.940.435 | 34.940.435 | 29.124.050 | | | | |
| - COFINS/LOAS | 1.407.348 | 2.108.040 | 429.862 | (79,6) | (69,5) | 14.086.000 | 14.086.000 | 15.867.001 | | | | |
| - COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU | 73.903 | 101.594 | 30.000 | (70,5) | (59,4) | 1.526.304 | 1.526.304 | 1.051.362 | | | | |
| - Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros | - | - | - | - | - | - | - | 77.267 | | | | |
| - Recursos Ordinários - Contabilidade | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | |
| - Contrib. Sociais sobre Lucro (Incl. Contrib. Sociais / Lucro - Contrapartida) | 1.315.787 | 6.612.003 | 87.850 | (98,7) | (93,3) | 3.423.775 | 3.423.775 | 10.297.115 | | | | |
| - Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CP MF | 1.235.007 | - | - | (100,0) | (100,0) | 8.146.003 | 8.146.003 | - | | | | |
| 3. PAGAMENTOS | 29.665.017 | 21.684.228 | 26.228.620 | 21,3 | (11,5) | 24.198.186 | 24.198.186 | 24.8.271.181 | | | | |
| 3.1. PAGAMENTOS INSS | 28.382.125 | 20.271.300 | 24.846.067 | 22,6 | (12,5) | 227.394.892 | 227.394.892 | 231.193.285 | | | | |
| 3.1.1. BENEFÍCIOS | 27.272.223 | 19.290.467 | 22.889.794 | 17,6 | (16,8) | 218.380.086 | 218.380.086 | 221.689.266 | | | | |
| - Total de Benefícios | 27.332.465 | 19.303.186 | 22.818.179 | 18,2 | (16,6) | 219.473.368 | 219.473.368 | 223.133.228 | | | | |
| - Devolução de Benefícios | (60.242) | (12.719) | (118.385) | 830,8 | 96,5 | (1.033.282) | (1.033.282) | (1.443.942) | | | | |
| 3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS | 25.251.092 | 17.935.471 | 21.226.707 | 19,0 | (15,9) | 202.008.079 | 202.008.079 | 204.224.141 | | | | |
| 3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS | 25.027.343 | 17.413.094 | 20.987.841 | 20,4 | (16,2) | 196.380.340 | 196.380.340 | 198.568.005 | | | | |
| 3.1.1.1.2. Sancções judiciais - TRF ⁽⁹⁾ | 223.749 | 422.378 | 258.866 | (38,7) | 15,7 | 5.637.339 | 5.637.339 | 5.656.116 | | | | |
| 3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS | 2.021.131 | 1.454.996 | 1.463.087 | 0,6 | (27,6) | 16.372.007 | 16.372.007 | 17.465.145 | | | | |
| 3.1.1.2.1. EPTN. | 78.474 | 72.643 | 70.999 | (2,3) | (9,5) | 898.303 | 898.303 | 1.043.101 | | | | |
| 3.1.1.2.2. LOAS | 1.942.657 | 1.382.353 | 1.392.088 | 0,7 | (28,3) | 15.473.704 | 15.473.704 | 16.422.044 | | | | |
| 3.1.1.2.3. PESSOAL ⁽¹⁰⁾ | 648.722 | 853.250 | 1.192.717 | 39,8 | 83,9 | 6.744.197 | 6.744.197 | 7.069.221 | | | | |
| 3.1.1.3. CUSTEIO ⁽¹¹⁾ | 4.61.180 | 1.27.583 | 963.556 | 655,2 | 108,9 | 2.240.610 | 2.240.610 | 2.434.775 | | | | |
| 3.2. TRANSFERÊNCIAS | 1.282.892 | 1.382.926 | 1.412.553 | 2,1 | 10,1 | 14.633.933 | 14.633.933 | 17.077.896 | | | | |
| 4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2,1 - 3,2) | 21.113.356 | 13.598.492 | 22.984.169 | 68,9 | 8,8 | 153.022.469 | 153.022.469 | 167.036.809 | | | | |
| 5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3,1.1) | (4.137.737) | (4.236.979) | 1.377.462 | (141,0) | (142,0) | (4.935.609) | (4.935.609) | (37.187.332) | | | | |
| 6. SALDO ARREC. LIQ. - BENEF. (4 - 3,1.1) | (6.158.688) | (5.991.975) | (104,8) | (104,8) | (104,8) | (6.532.477) | (6.532.477) | | | | | |
| 7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3) | (8.101.291) | (17.8.064) | (4.759.968) | 2.576,9 | (41,1) | (5.811.064) | (5.811.064) | 1.158.818 | | | | |
| 8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) ⁽¹³⁾ | 2.202.175 | 8.042.436 | 3.277.459 | (59,2) | 48,8 | 2.202.175 | 2.202.175 | 3.277.459 | | | | |

Fonte: CGF/INSS.

Educação: SP/MP.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Incentivo ao Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.042).

(3) Débito das empresas juntado ao Tesouro Nacional.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção.

(7) Reversão da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressaram com aposento contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25/07/2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento desses valores seriam descentralizadas aos tribunais, não sendo pago pelo INSS.

(10) Reais pagamentos realizados a ativos, imóveis e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reais despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patrimonial), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: INCAA, DIFCF/DEF - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SENAR, SEBRAE, SENAT, SECOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de Dez/2008 - INPC)

| Período | Arrecadação Bruta (1) (A) | Transferências a Terceiros (B) | Arrecadação Líquida C = (A - B) | Benefícios Previdenciários (2) (3) (4) (5) (D) | Valores em milhões R\$ de Dez/2008 - INPC | |
|---|------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|--|---|---------------------|
| | | | | | Relação % E=(D/C) | Saldo F= (C - D) |
| Valores referentes ao acumulado até o mês de Dezembro, a preços de Dez/2008 INPC | | | | | | |
| 1998 | 102.029 | 7.119 | 94.910 | 109.361 | 115,2 | (14.451) |
| 1999 | 101.534 | 6.402 | 95.132 | 113.310 | 119,1 | (18.178) |
| 2000 | 108.745 | 7.111 | 101.634 | 119.929 | 118,0 | (18.295) |
| 2001 | 113.654 | 7.680 | 105.974 | 127.570 | 120,4 | (21.595) |
| 2002 | 116.824 | 7.799 | 109.025 | 134.956 | 123,8 | (25.931) |
| 2003 | 113.946 | 7.737 | 106.209 | 140.855 | 132,6 | (34.646) |
| 2004 | 125.275 | 9.135 | 116.141 | 155.688 | 134,1 | (39.548) |
| 2005 | 135.892 | 8.829 | 127.063 | 171.073 | 134,6 | (44.009) |
| 2006 | 151.025 | 10.794 | 140.231 | 188.070 | 134,1 | (47.839) |
| 2007 | 167.626 | 14.604 | 153.022 | 202.008 | 132,0 | (48.986) |
| 2008 | 184.115 | 17.078 | 167.037 | 204.224 | 122,3 | (37.187) |
| dez/06 | 20.381 | 908 | 19.473 | 21.774 | 111,8 | (2.301) |
| jan/07 | 12.143 | 1.583 | 10.560 | 14.678 | 139,0 | (4.118) |
| fev/07 | 12.483 | 903 | 11.580 | 14.682 | 126,8 | (3.102) |
| mar/07 | 12.783 | 1.146 | 11.637 | 16.820 | 144,5 | (5.183) |
| abr/07 | 12.844 | 1.140 | 11.704 | 14.860 | 127,0 | (3.156) |
| mai/07 | 13.086 | 1.176 | 11.910 | 15.592 | 130,9 | (3.681) |
| jun/07 | 13.160 | 1.187 | 11.974 | 15.684 | 131,0 | (3.710) |
| jul/07 | 13.421 | 1.194 | 12.226 | 15.735 | 128,7 | (3.509) |
| ago/07 | 13.913 | 1.228 | 12.685 | 15.493 | 122,1 | (2.808) |
| set/07 | 13.579 | 1.241 | 12.338 | 22.256 | 180,4 | (9.918) |
| out/07 | 13.915 | 1.269 | 12.646 | 15.555 | 123,0 | (2.909) |
| nov/07 | 13.902 | 1.255 | 12.647 | 15.400 | 121,8 | (2.753) |
| dez/07 | 22.396 | 1.283 | 21.113 | 25.251 | 119,6 | (4.138) |
| jan/08 | 14.078 | 2.227 | 11.851 | 17.233 | 145,4 | (5.382) |
| fev/08 | 13.831 | 1.278 | 12.553 | 14.687 | 117,0 | (2.134) |
| mar/08 | 13.994 | 1.288 | 12.706 | 15.466 | 121,7 | (2.760) |
| abr/08 | 14.477 | 1.324 | 13.153 | 16.053 | 122,0 | (2.900) |
| mai/08 | 14.336 | 1.299 | 13.037 | 15.874 | 121,8 | (2.838) |
| jun/08 | 14.541 | 1.323 | 13.218 | 16.142 | 122,1 | (2.924) |
| jul/08 | 14.819 | 1.385 | 13.434 | 15.645 | 116,5 | (2.211) |
| ago/08 | 14.715 | 1.347 | 13.368 | 17.482 | 130,8 | (4.114) |
| set/08 | 15.004 | 1.417 | 13.588 | 21.091 | 155,2 | (7.504) |
| out/08 | 14.961 | 1.395 | 13.566 | 15.488 | 114,2 | (1.922) |
| nov/08 | 14.981 | 1.383 | 13.598 | 17.835 | 131,2 | (4.237) |
| dez/08 | 24.377 | 1.413 | 22.964 | 21.227 | 92,4 | 1.737 |

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

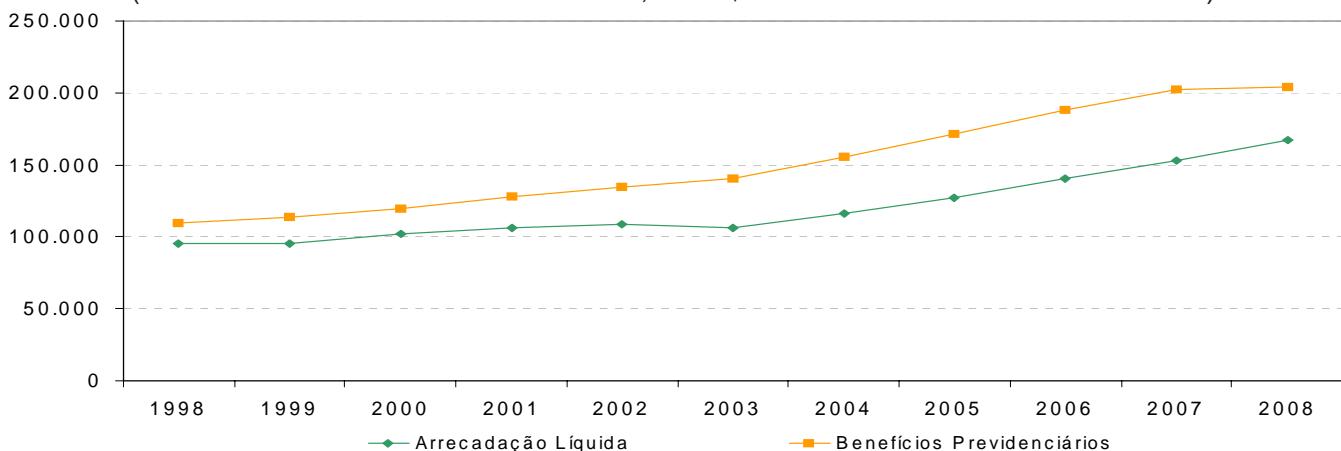
(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2.288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios Previdenciários (acumulado até dezembro de cada ano, em R\$ milhões de Dezembro/2008 - INPC)



REMETENTE: Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0-XX-61) 2021-5011
Fax: (0-XX-61) 2021-5408
e-mail: cgep@previdencia.gov.br
70.059-900 – Brasília/DF



IMPRESSO